



Nações Unidas
Comissão Econômica para a África

CPI
da África Central
11-12 de Novembro de 2020

Trigésima-Sexta Sessão do Comité de Altos Funcionários e
Peritos Intergovernamentais da Africa Central

Tema:
**Construir competências para a
diversificação económica na
África Central**

NOTA CONCEPTUAL

Data: 11 e 12 de novembro de 2020

Por videoconferência

Versão: outubro de 2020

I. CONTEXTO E FUNDAMENTAÇÃO

O Comité de Peritos e Altos Funcionários Intergovernamentais da África Central (CPI) é o primeiro órgão estatutário do Escritório Regional da Comissão Económica das Nações Unidas para a África, para a região da África Central (BSR-AC/CEA). Este órgão é uma plataforma estratégica de diálogo e estreita colaboração entre peritos de alto nível da região, com o objectivo comum de promover um crescimento económico inclusivo e sustentável. O comité reúne-se anualmente para analisar os desafios para a transformação económica e social da região e propor soluções holísticas para resolvê-los. O Comité serve também de plataforma para analisar o nível de integração regional e estratégias coerentes para acelerar o seu ritmo, principalmente no contexto da Zona de Comércio Livre Continental Africana (ZCLCA).

É neste contexto que o escritório regional organiza a sua trigésima sexta (36ª) sessão do Comité de Peritos e Altos Funcionários Intergovernamentais da África Central (CPI), de **11 a 12 de Novembro de 2020**. O tema dos debates **online** deste ano será **«Construir Competências para a Diversificação Económica na África Central»**. A reunião vem clarificar o debate sobre os desafios, oportunidades e estratégias inovadoras para o desenvolvimento das competências necessárias para a diversificação económica e transformação estrutural e inclusiva na região.

O desenvolvimento de competências foi identificado como um dos principais constrangimentos para a diversificação económica, não só pelos países da África Central, mas também pelas Comunidades Económicas Regionais (CERs) e outros intervenientes no processo de desenvolvimento na região. Esta sessão será uma contribuição para a operacionalização do Consenso de Douala que foi adoptado aquando da 33ª sessão do CPI realizada nos Camarões, em Setembro de 2017 e durante a 35ª sessão, realizada em Malabo, em Setembro de 2019, com enfoque sobre a economia digital na África Central.

A promoção do crescimento económico sustentável, resiliente e inclusivo na África Central exige o reforço da diversificação económica através da industrialização baseada nos recursos naturais. Esta nova agenda terá de assentar num sistema de desenvolvimento de competências eficiente e inclusivo que esteja em sintonia com as necessidades da indústria.

1. Crescimento volátil e não inclusivo: um apelo à transformação estrutural nas economias da África Central

A África Central tem registado taxas de crescimento económico notáveis ao longo das últimas décadas. Enquanto as fontes de crescimento de África estão gradualmente a diversificar-se, a região continua a depender fortemente das exportações de mercadorias, especialmente de petróleo. A região contribui pouco para o valor acrescentado global (VAG), dada a baixa intensidade tecnológica das suas actividades de fabrico relacionadas quer com recursos naturais quer com actividades tradicionais de "baixa tecnologia" caracterizadas por níveis de produtividade limitados.

Como resultado, as economias da África Central permanecem pouco diversificadas e vulneráveis a choques exógenos ligados a flutuações nos preços das mercadorias para uma região com um elevado nível de pobreza e desigualdade.

Vários peritos identificaram a necessidade da região mudar de rumo e reforçar a transformação estrutural para que possa gerar empregos decentes para a sua população jovem e em rápido crescimento¹, e aumentar os níveis de rendimento e acrescentar valor às suas exportações.

O Consenso de Douala reafirma a diversificação económica e a industrialização como a principal estratégia para alcançar este objectivo, e como caminho a seguir para que a África Central se liberte do crescimento volátil, insustentável, pouco criador de emprego e com impacto na pobreza. A realização da Agenda 2063 da União Africana e a realização dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) exigem uma revisão das estratégias de crescimento na mesma direcção.

2. Melhorar a qualidade da força de trabalho: chave para a diversificação económica

O sucesso das ambições de diversificação económica exige a disponibilidade de uma mão-de-obra adequada em termos qualitativos e quantitativos. Reforma do sistema educativo e principalmente do ensino técnico e da formação profissional para uma melhor produtividade e maior competitividade industrial. A promoção da industrialização inclusiva e tecnologicamente intensiva não pode ser levada a cabo com mão-de-obra não qualificada. A nova agenda de desenvolvimento exige que o sistema educativo esteja tecnicamente alinhado com as necessidades da indústria.

O crescimento económico moderno é um processo contínuo de inovação tecnológica e transformação estrutural que caracteriza, para os países de baixos rendimentos, a mudança dos factores (trabalho, capital, conhecimento) de sectores e actividades de baixa produtividade para actividades de alta produtividade.

Estas mudanças sectoriais não resultam de um processo mecânico, a sua velocidade e magnitude reflectem a vontade e capacidade dos factores trabalho e capital, para migrar para os sectores mais produtivos. Elas são influenciadas pela política económica e pelo ambiente institucional do país. O capital humano está no centro deste processo.

¹ Os jovens menores de 15 anos constituem 45% da população da África Central. E estima-se que o número de jovens venha a duplicar até 2045. A faixa mais afectada pela divisão socioeconómica, os jovens, representa 60 por cento de todos os africanos desempregados. Os países da África Central enfrentam o desafio de ter que criar empregos suficientes para manter o ritmo de crescimento económico e absorver a população em idade activa, sobretudo o número crescente de jovens.

3. *Necessidade de desenvolvimento holístico e "equilibrado" de talentos: desafios da África Central*

Mais do que nunca, a mobilização holística de recursos de talento e o reforço das capacidades das pessoas para adquirirem, desenvolverem e implantarem competências ao longo da sua vida profissional tornam-se imperativos para a industrialização das economias. A falta de um sistema educativo eficiente e inclusivo continua a ser o que limita a participação das economias da África Central na quarta revolução industrial.

Infelizmente, o desenvolvimento de competências técnicas e profissionais continua com dificuldades para arrancar e o fosso entre a oferta de formação e o mercado de trabalho não está a diminuir na região. A indústria local identifica cada vez mais uma mão-de-obra pouco qualificada como um dos principais constrangimentos para o desenvolvimento empresarial.

O desenvolvimento industrial impulsionado por uma mão-de-obra qualificada requer investimento para um melhor acesso a um ensino básico de qualidade, mas também, requer ainda competências mais avançadas nas áreas de ciências aplicadas, engenharia e tecnologia. A relevância do investimento "equilibrado e transversal" no sistema educativo para o desenvolvimento de competências em apoio à transformação estrutural é confirmada pelos profissionais do desenvolvimento que promovem uma educação básica eficiente no fornecimento de competências cognitivas e físicas; a aprendizagem secundária, pós-secundária, vocacional e no local de trabalho assegura o acesso a competências relevantes para o emprego, enquanto as competências técnicas e vocacionais de alto nível, a inovação e o empreendedorismo são fornecidos por instituições de ensino superior.

Embora a África Central tenha registado **progressos significativos** em relação ao ensino primário universal, apesar das armadilhas da qualidade, os desafios do ensino pós-primário são actualmente mais prementes. O desenvolvimento do ensino secundário confirma a urgência de se pensar a favor da relevância, extensão, inclusão e diversificação dos cursos. O ensino pós-primário requer um reforço dos modos de ensino, adaptação dos currículos, controlo de custos e mobilização de recursos, enquanto o ensino superior está a lutar para recuperar de décadas de "marginalização" por parte das agências de desenvolvimento e apela para a diversificação dos cursos para melhor cobertura e atractividade da formação técnica e de engenharia.

O descompasso entre o número de recursos humanos formados a procura de emprego e a disponibilidade de empregos formais qualificados é uma prova de sistemas educativos desajustados das competências exigidas pelo mercado de trabalho, enquanto o rápido desenvolvimento tecnológico apenas agrava esta lacuna. Os sistemas educativos estão cada vez mais ultrapassados e os esforços de modernização, onde existam, geralmente não estão alinhados com as necessidades da economia e da sociedade em geral.

Embora o papel da empresa como foco de educação contínua esteja bem estabelecido actualmente, a força de trabalho da África Central está largamente concentrada e sub-empregada no sector informal e apoiada por um mosaico de pequenas empresas cujos escassos recursos limitam o investimento no desenvolvimento de competências. Esta mão-de-obra continua confinada em empregos não decentes, vulneráveis e de baixa produtividade no sector informal e na agricultura de subsistência.

Os sistemas educativos na região são caracterizados por falta de ecossistemas que permitam a educação contínua ao longo de todo o ciclo da vida profissional. Deste modo, a África Central perde as oportunidades oferecidas pela formação profissional contínua em termos de compensação pela ausência ou fragilidade do sistema de formação profissional inicial.

4. *Por uma sociedade de aprendizagem baseada nas formações do futuro*

Para sustentar a sua ambição de diversificação económica, a região terá que construir um gasoduto de competências do futuro e promover uma sociedade de aprendizagem reforçando assim a sua capacidade produtiva. Os futuros currículos devem encorajar o pensamento crítico, a criatividade, a inteligência emocional e ao mesmo tempo acelerar a aquisição de conhecimentos digitais (digitais) e científicos, tecnológicos, de engenharia e matemáticos (CTEM) e tirar partido da quarta revolução industrial e das oportunidades oferecidas por mercados cada vez maiores.

Aproximar os sectores da formação e do emprego, em particular a indústria, é a fórmula para aumentar a empregabilidade dos jovens e assim consolidar a contribuição de uma população predominantemente jovem para a diversificação económica, industrialização inclusiva e crescimento.

Os Estados devem abrir-se para novas alternativas de formação, em particular para o reforço das ofertas disponíveis em termos de cursos técnicos e profissionais, melhorar o acesso ao ensino técnico e promover a expansão das oportunidades de formação contínua dentro e fora do local de trabalho, através da mobilização de novas tecnologias de comunicação para uma cobertura em massa. Os sistemas de ensino técnico e profissional são chamados a reforçar a sua "*garantia de qualidade*" e a introduzir abordagens eficientes para a avaliação e certificação da formação.

O quadro da formação profissional contínua engloba uma grande variedade de actores com responsabilidades complementares. A melhoria da qualidade da formação requer parcerias inovadoras entre todos os intervenientes (Estado, autoridades locais, associações profissionais, sindicatos, doadores, empresas, etc.) baseados numa abordagem orientada para a procura, que permita ao sector privado participar na definição e prestação de formação, bem como na acreditação e avaliação de programas relacionados.

A criação de um sistema de acreditação e o reconhecimento mútuo das qualificações profissionais e a sua certificação a nível regional poderia promover a mobilidade do factor trabalho, numa região que tem necessidade de ser mais integrada. A melhoria da atractividade e eficiência do sistema de formação técnica e profissional, a fim de facilitar o acesso a todos os profissionais, tanto empregados como desempregados, continua a ser uma prioridade, ao passo que a elevada dependência pelo financiamento externo continua a ser um constrangimento para a sustentabilidade das estratégias e programas nacionais de desenvolvimento de competências.

5. Rumo a Parcerias Inovadoras Inclusivas para Ciência, Tecnologia e Inovação (STI)

Uma abordagem económica baseada na rentabilidade e na confiança em actores endógenos, tais como associações profissionais, asseguraria uma certa eficiência. A identificação das necessidades das empresas e o desenvolvimento de parcerias com instituições de ciência, tecnologia e inovação (CTI) são necessários para uma maior diversificação económica. Apesar do lugar ocupado pela "Ciência, Tecnologia e Inovação (CTI)" nas estratégias de desenvolvimento dos países, as fracas capacidades humanas e institucionais impedem a mobilização de CTI no processo de desenvolvimento de competências da região.

Há também oportunidades de expansão de conhecimentos e competências através de maior participação nas cadeias de valor globais. A região só sairia a ganhar ao inspirar-se das "histórias de sucesso" dos países (tais como Singapura, Marrocos, Etiópia, Coreia do Sul, África do Sul, Japão, China, Índia...) que combinaram um investimento substancial na qualidade do ensino básico, com formação profissional direccionada, reforçando a contribuição do ensino superior, ciência, tecnologia e inovação na definição, implementação e avaliação de estratégias de desenvolvimento de competências em apoio à industrialização.

Os actuais sistemas educativos centrados no desenvolvimento de competências cognitivas vão poder beneficia da integração de competências comportamentais que aumentem a capacidade dos trabalhadores para colaborar, inovar, auto-dirigir e resolver problemas concretos. O fosso entre a educação formal e o mercado de trabalho deve ser reduzido através de práticas de aprendizagem inovadoras, investigação e desenvolvimento, partilha de conhecimentos, formação e requalificação, aprendizagem e inovação que devem ser transversais e simultâneas ao longo de todo o ciclo de vida do trabalhador.

6. Para estratégias claras e inclusivas baseadas numa certa abordagem de mercado

Embora as Estratégias de Redução da Pobreza ou de Desenvolvimento do Sector Privado só tenham começado recentemente a abordar a questão do desenvolvimento de competências e conhecimentos, os países da CEMAC-CEEAC terão que elaborar estratégias públicas claramente definidas, operacionais e quantificáveis com recursos suficientes para aumentar a empregabilidade dos recursos humanos, com vista a uma diversificação económica inclusiva.

A criação de estruturas de ensino técnico e profissional nos países não se baseia numa análise aprofundada das necessidades locais, nem das características socioeconómicas, muito menos do potencial industrial. Algumas escolas técnicas e vocacionais estão desertas, a corrida dos jovens para o ciclo longo e para a universidade mostra falta de atractividade das carreiras técnicas e vocacionais.

A discriminação horizontal entre homens e mulheres está muito presente no sector profissional, especialmente no sector industrial. A formação contínua "afirmativa e direccionada" deve ser uma alavanca para as mulheres acederem a determinados cargos técnicos e compensar as desigualdades que enfrentam no acesso à formação inicial.

A baixa disponibilidade de mão-de-obra qualificada é, portanto, um constrangimento face às ambições de industrialização acelerada na África Central e impede as empresas de se posicionarem em segmentos mais avançados das cadeias de valor, adoptando assim sistemas de produção mais complexos. Esta situação exige respostas proactivas por parte dos Estados, CERs, sector privado e de outros parceiros de desenvolvimento, para uma diversificação económica bem sucedida e realização de objectivos de desenvolvimento sustentável. É neste contexto que Escritório Regional organiza a 36ª sessão da reunião anual sob o tema "**Construir Competências para a Diversificação Económica na África Central**".

II. OBJETIVOS DA REUNIÃO

O principal objectivo da trigésima sexta sessão do comité de peritos é fazer um balanço sobre a situação actual das competências necessárias para a diversificação económica na África Central, identificar os desafios, constrangimentos e oportunidades relacionados com as mesmas, e propor recomendações sobre a estratégia de desenvolvimento e mobilização das competências necessárias para a transformação estrutural das economias.

Especificamente, a reunião terá como objectivo:

- Analisar as tendências nacionais e regionais em termos de desenvolvimento de competências para a diversificação e desenvolvimento económico, identificar desafios e oportunidades e partilhar boas práticas e lições aprendidas.
- Identificar os eixos estratégicos e políticos para o desenvolvimento e mobilização de competências técnicas e profissionais na África Central.
- Propor parcerias inovadoras, incluindo a aliança público-privada, para elevar o nível de qualificação e empregabilidade dos recursos humanos e melhor coordenação entre os diferentes parceiros envolvidos no desenvolvimento de competências e na diversificação económica na região.

Os participantes da presente sessão terão também a oportunidade de discutir questões estatutárias relacionadas com o funcionamento do Escritório Regional: **(i)** relatório de actividades do escritório regional para 2019 e 2020; **(ii)** o relatório sobre o progresso alcançado na implementação dos programas regionais e internacionais e outras iniciativas especiais na região; bem como **(iii)** o relatório sobre a implementação das iniciativas regionais na África Central.

III. ORGANIZAÇÃO DA REUNIÃO

A sessão decorrerá por via virtual (online) e incluirá sessões de trabalho em torno do tema geral "*Construir competências para a diversificação económica na África Central*". A articulação das diferentes componentes do encontro é resumida através do Programa de Trabalho que acompanha a presente nota.

IV. PARTICIPANTES

A sessão contará com a participação de um vasto leque de intervenientes de alto nível, incluindo funcionários governamentais e representantes dos principais organismos regionais (CUA, CEMAC, CEEAC), o sector privado, agências de desenvolvimento bilaterais e multilaterais (BAD, Banco Mundial, etc.), entidades do sistema das Nações Unidas, sociedade civil e academia.

V. DATA, LOCAL E LINGUAS DE TRABALHO

A 36ª sessão do CPI será realizada por via virtual (**online**) de **11 a 12 de Novembro de 2020**, dadas as restrições impostas pela pandemia da COVID-19. A sessão será conduzida em inglês, francês, espanhol e português, com serviços de interpretação simultânea.

VI. CONTACTOS

Sr. Jean Luc Mastaki Namegabe

Tel.: +(237) 222 50 43 28

E-mail: namegabe@un.org

Sra. Marie Delphine Fogang

Tel. +(237) 222 50 43 30

Cel : + (237) 676 89 36 27

E-mail: fogang@un.org

Sra. Lucie MAFFO

Tel.: +(237) 222 50 43 15

E-mail: maffo@un.org